



CPMI da Petrobras

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 002, de 2014 – Congresso Nacional)

CPMI-PETRO

Requerimento

Nº 473/14

REC

- CPMI

Requer seja convidado o Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e com o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o **Ministro Benjamin Zymler**, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 002, de 2014 – CN, para investigar “irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento ao mar de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore; e ao superfaturamento na construção de refinarias”.

Ao justificar o inquérito parlamentar no aos “Indícios de superfaturamento na construção de refinarias”, o Requerimento nº 302, de 2014, diz que o “exemplo mais emblemático” teria ocorrido na Refinaria Abreu e Lima (RNEST). Uma auditoria iniciada em 2008 pelo Tribunal de Contas da União (TCU) teria verificado irregularidades na elaboração do

Técnico Legislativo
Matr. 232.868

28 5 14

projeto e execução de obras de terraplanagem, serviços complementares e drenagens, arruamento e pavimentação na refinaria. As denúncias dizem respeito ainda à construção da interligação entre a Refinaria Abreu e Lima e o Pier do Porto de SUAPE. De acordo com o Requerimento, entre as irregularidades, haveria “sobrepço superior a R\$ 69 milhões. O contrato para esses serviços de preparação para a construção da refinaria, inicialmente orçado em cerca de R\$ 429 milhões, foi finalizado com custo aproximado de R\$ 534 milhões (valores de 2007)”.

O Requerimento diz ainda que, após provocação do TCU, a Petrobras teria firmado apólice de seguro com o consórcio responsável pelas obras para garantir o ressarcimento dos valores questionados pelo Tribunal, caso fossem constatadas irregularidades. “Cerca de R\$ 49 milhões já foram devolvidos à petroleira”. Aduz ademais que a “cascata de erros” teria gerado o pagamento de “quase R\$ 2 bilhões em faturas de serviços não previstos originalmente” e aditivos de R\$ 943 milhões, fora R\$ 1 bilhão em cobrança sob análise da estatal. Diz, ademais, que “pelos cálculos atuais, quando iniciar a operação, que deverá acontecer possivelmente em 2015, a Refinaria terá custado cerca de R\$ 35,8 bilhões” (sic).

Para que possa investigar essas denúncias, esta CPI deve ouvir o Ministro Benjamim Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), relator da fiscalização sobre a construção da Refinaria Abreu e Lima.

Por entender que esse requerimento contribuirá para a eficiência dos trabalhos da Comissão, pedimos o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, em

de 2014.



SIBA MACHADO